

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.231 - PA (2019/0296982-4)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LEANDRO BARROS DE SOUSA**  
**ADVOGADO : LEANDRO BARROS DE SOUSA - MA010403**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PACIENTE : MARIA RENILZA SANTOS DA ROSA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

## DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão cautelar de **Maria Renilza Santos da Rosa** nos Autos n. 0003562-59.2019.8.14.0107, da Vara Única da comarca de Dom Eliseu/PA, sob os argumentos, em suma, de falta de fundamentação idônea a amparar a custódia, ausência de contemporaneidade dos fatos investigados e vício da representação pela prisão preventiva.

É o relatório.

No momento, diante do que consta deste trecho do acórdão atacado, não me deparo com os requisitos necessários para a concessão da medida de urgência (fls. 39/41 – grifo nosso):

[...]

Da análise detida dos autos, entendo não assistir razão ao impetrante, pois, em que pese este asseverar que quem representou pela prisão do paciente foram os investigadores de Polícia Civil, não comprovou tal alegação, pois, juntou tão somente relatório da investigação, no qual os investigadores opinam pela representação pela prisão, mas, não representam pela mesma.

Em ato contínuo o Promotor de Justiça Maurim L. Vergolino, se manifestou no sentido de que caberia à Autoridade Policial acatar ou não a sugestão dos investigadores pela representação pela prisão preventiva, tendo tal manifestação ocorrido em 04/07/2019, conforme se verifica no documento com Id. nº 2128068 – fl. 08.

Ocorre que, 13 (treze) dias após, ou seja, no dia 17/07/2019, o Juízo proferiu decisão *a quo* decretando a prisão preventiva da paciente (Doc. ID nº 2128068), sendo que no referido decisum consta expressamente: “*Cuida-se de pedido de decretação de prisão preventiva formulado pela Autoridade Policial em desfavor de Raimunda Santos de Castro Cruz e Maria Renilza Santos da Rosa, pela prática, em tese, do delito de lavagem de capitais*”.

**Nota-se que entre a manifestação do *parquet* e a decisão há um hiato de 13 (treze) dias, período este suficiente para que a Autoridade Policial tenha apresentado a regular representação pela prisão preventiva da paciente. Ademais, há que se respeitado no caso concreto o princípio da confiança no Juiz da causa, e se este aduz na decisão que houve representação da Autoridade Policial, tal afirmação é dotada de fé pública, logo, de forma**

# Superior Tribunal de Justiça

**alguma vislumbro plausibilidade nas alegações do impetrante neste tocante, sendo, destarte, legal a decisão que decretou a prisão cautelar da paciente.**

**2 – DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP:**

Compulsando os presentes autos, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal na segregação cautelar da paciente, em virtude da constatação da presença dos requisitos do art. 312 do CPP e da fundamentação escoreita apresentada.

A decisão tida como ilegal proferida pelo Juízo *a quo*, transcrita no voto condutor, respeitou o mandamento constitucional insculpido no inciso IX, do art. 93 da Constituição Federal/88, que relata o princípio da motivação das decisões judiciais.

*In casu*, o Juízo discorreu a legislação pertinente e a subsumiu ao caso concreto, demonstrando a evidente presença do requisito do art. 312 do CPP da garantia da ordem pública e a garantia de aplicação da lei penal.

Constata-se, por consequência, haver fundamentação idônea e apta a se manter o decreto preventivo por parte do Juízo *a quo*, de modo que a farta motivação firmada na decisão constritora, acerca da garantia da ordem pública, e a garantia de aplicação da lei penal, e como a prisão preventiva se mostra necessária para garanti-la, demonstra a desnecessidade e inadequação das medidas menos invasivas do art. 319 do CPP.

Deste modo, corrobora este Relator com a escoreita fundamentação exarada pelo Juízo, pelo que entendo que, ante a clarividente presença do requisito da garantia da ordem pública e a garantia de aplicação da lei penal, sobretudo, pelo fato de até o presente momento, constar nos autos que **a paciente encontra-se foragida, bem como, pela elevada quantia de valores movimentada (R\$ 67.445,00 – sessenta e sete mil, e quatrocentos e quarenta e cinco reais)**, e ainda a relação guardada com criminoso contumaz e perigoso, novamente se revelam descabidas quaisquer medidas cautelares diversas da prisão na vertente.

Ressalte-se, ainda, a dogmática do princípio da confiança no juiz da causa, o qual estabelece que o juiz condutor do feito está em melhor condição de avaliar se a segregação social do paciente se revela necessária.

**Ademais, não há o que se falar em ausência de contemporaneidade entre a data da decretação da prisão e o momento atual, haja vista, a prisão só não ter sido cumprida ainda em razão de a paciente estar foragida**, conforme as informações prestadas pelo Juízo (ID 2135293), logo, não podendo a paciente ser beneficiada pelo fato de não estar colaborando com a Justiça.

[...]

**Indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Dom Eliseu/PA sobre o andamento do Processo n. 0003562-59.2019.8.14.0107, bem como acerca da atual situação da paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

